

1 ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 149

2 Aos treze dias do mês de maio de 2008 foi realizada a reunião extraordinária do Conselho Municipal
3 de Saúde nas dependências do Teatro Oduvaldo Vianna Filho sito a Rua Mutum s/nº, Praça Cacilda
4 Becker com início às 14h50min O Presidente do Conselho Dr. Jose Roberto Vidotto inicia a reunião
5 cumprimentando a todos e como assunto principal desta reunião fala sobre a presença do Coordenador
6 Estadual do Programa DST/AIDS e então agradece sua presença pede para que ele vá à frente para
7 falar com este conselho. O coordenador falou que será s um bate-papo para falar do programa a pedido
8 deste Conselho Municipal. Ele começou contando a como tudo começou, o programa. Ele falou que
9 esse 75 mil reais é um incentivo e que o município provavelmente gastará muito mais com
10 DST/AIDS. E que já é o 7º ano que Arapongas, Apucarana participam, ou melhor, recebem este
11 incentivo. Ele continua dizendo que o PAM de 2007 não foi aprovado por este motivo a vinda dele
12 aqui, e a causa desta não aprovação é que o PAM de 2008 é igual ao de 2007 e isso não pode acontecer,
13 pois o incentivo aumenta e as metas precisam também ser diferenciadas. Ele disse que a Josiane foi
14 comunicada que não seria aprovado. O PAM precisa ser planejado por uma equipe, e não somente
15 pela coordenadora, para novas idéias. E então para o PAM ser validado ele precisa ser feito, e ser
16 aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde. Ele ainda continua e diz que estão corretos os gastos
17 que foram colocados, que dos 75 mil foram gastos 6 mil reais, e que a obrigatoriedade do município
18 é a compra de medicação e preservativos. O que foi feito é que como o município já comprava esses
19 medicamentos então não iria onerar o mesmo, e o que de repente poderia onerar seria a compra de
20 preservativos, 10 %, e então em Arapongas foi comprado com o dinheiro do incentivo, o que pode
21 ter acontecido por falta de conhecimento. Ele diz que o que precisa ser conhecida é a lei 2313, e
22 cumprir esta. O coordenador disse que não poderia colocar sua assinatura em algo que não está
23 correto. O presidente pergunta se pode utilizar o dinheiro para pagar recursos humanos, o coordenador
24 diz que o pessoal auxiliar pode, mas não o pessoal da equipe principal. A conselheira Rosicleir
25 pergunta se dá cobertura para compra de agulha para biópsia, ele disse que cobre, mas em alguns
26 casos de urgência. O Conselheiro Antonio pergunta se podem comprar kits e ele diz que sim. O
27 presidente pergunta se essa biópsia for para hepatite, se então cobre as agulhas, e então o coordenador
28 responde que não, somente em casos de AIDS. A coordenadora do Programa do município Josiane
29 disse que nem sempre são atendidos seus pedidos, mas Dr. Vidotto disse que foi um caso de projeto
30 que ficou parado lá. Mas o coordenador estadual disse que ela como coordenadora precisa trabalhar,
31 correr atrás, juntamente com a secretaria de saúde, com o secretário, pois a coordenadora precisa
32 trabalhar mais com políticas públicas, buscar o melhor para o Plano. O conselheiro David disse que
33 como diretor ele poderia falar que a coordenadora fez algumas reivindicações. O coordenador
34 estadual disse que ela não mentiu e nem omitiu algumas informações, mas que precisa trabalhar com
35 o conselho municipal, que este poderá ajudá-la. A coordenadora disse que este conselho não aprovou
36 o PAM quando ela apresentou e depois não deu retorno aos seus pedidos. Mas o Presidente disse que
37 este conselho estava aguardando a visita e explicações do coordenador estadual. O coordenador
38 estadual disse que novamente que a coordenadora municipal precisa trabalhar com o conselho
39 municipal no planejamento do PAM e então ele daria um prazo de 15 dias para ouvir um novo PAM.
40 A conselheira Izabel perguntou se pode ser utilizado o incentivo para a cesta básica e o coordenador
41 estadual disse que pode, mas somente para os pacientes de AIDS e também deve ser feito através
42 leilão presencial e que também não deve ser gasto o dinheiro todo para cesta básica, pois este é uma
43 das obrigações da Assistência Social. O Conselheiro Antonio explicou ao coordenador que o conselho
44 municipal estava aguardando as explicações dele, Chico, para poder ver o novo PAM e aprovar. O Sr.
45 Euclides disse que a coordenadora também não compareceu a algumas chamadas do conselho para
46 maiores esclarecimentos. O coordenador estadual pediu para não se melindrar por pequenas coisas e
47 sim tentar trabalhar em equipe. O conselheiro Wenceslau perguntou o que foi enviado para ele com
48 relação a validação do PAM, e então o coordenador disse que foi recebido uma declaração com
49 assinatura dos conselheiros e ele entendeu como uma aprovação o que não aconteceu, mas ele não
50 aprovou. Ele continuou dizendo que o erro da coordenadora foi não chamar este conselho para fazer
51 o PAM. O coordenador disse que precisa então ser refeito, aprovado pelo conselho e por ele. Ele
52 também explicou que tem que ter muito cuidado em comprovar gastos e tomar cuidado, pois se a

53 CGO pegar no pé do município, fica complicado, por isso tem que ser tudo documentado. O
54 conselheiro Antonio perguntou sobre aquela lista de presença, se foi utilizado para tentar a aprovaç
55 ão, o coordenador disse que n ão sabe, mas prefere n ão se ater a isso. E que o grande negócio agora
56 é aprovar o PAM. A conselheira Izabel perguntou se tem algum lugar na internet que podem se buscar
57 ações que podem ser realizadas para trazer essas pessoas que precisam. O coordenador descreveu
58 ações que podem ser realizadas. O conselheiro Antonio perguntou se a Comissão de Controle e
59 Avaliação pode solicitar o nome e endereço dos pacientes e o coordenador estadual disse que não,
60 nem o estado e federação podem pedir isso, e que o melhor seria estimular esses pacientes que
61 procuram o atendimento. O coordenador disse que agora o certo é cada um ser atendido na sua área
62 e se houver preconceito procurar os seus direitos. A conselheira Izabel perguntou sobre a data do
63 próximo PAM e que teríamos que fazer agora. O coordenador estadual explicou sobre as datas que
64 até semana que vem encaminhar o PAM. O presidente disse que seria interessante a Comissão de
65 Controle e Avaliação fazer esse trabalho junto com a coordenadora, e ele ainda diz que não pode ficar
66 vindo até aqui e que se precisar de alguma coisa pode procurar a Tereza da 16ª regional e ele também
67 está à disposição em Curitiba. O Reinaldo Aranda, chefe da CIPAS da 16ª Regional de Saúde, falou
68 sobre as reuniões técnicas e o coordenador estadual disse que a Josiane não participou da última
69 reunião e que é muito importante. Os conselheiros perguntaram sobre o site em que podem conseguir
70 alguma informação e ele disse que é www.aids.gov.br/incentivo. Dr. Vidotto falou que é muito chato
71 que aconteçam esses problemas, e que a falta de dialogo pode causar isso é que o conselho esta aberto
72 para os projetos que sem conversar não é possível quebrar barreiras. O presidente continua dizendo
73 que agora que o conselho já sabe como proceder, espera que consigamos sanar este problema
74 desarmando os espíritos. A coordenadora municipal Josiane disse que seus pedidos não são atendidos
75 e que não quer mais continuar na coordenação do Programa. O Presidente disse que como secretário
76 municipal de saúde ele aceita o pedido porque se ela não tem condições de desarmar os espíritos então
77 não é possível continuar. O presidente agradece a presença e disponibilidade do Chico, Coordenador
78 Estadual do Programa DST/AIDS e declara encerrada às 15h45min mais esta reunião. Eu Juliana
79 Ferreira Canassa Bastos secretária A DOC e Alzira Paulino secretária executiva deste conselho
80 lavramos a presente ata..
81